



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Comitê de Investimentos

1 **ATA Nº 41/2019 de 29/10/2019 - COMITÊ DE INVESTIMENTOS** – Ata de Reunião
2 Extraordinária do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social do Município de
3 Macaé inscrito no CNPJ sob o n.º 03.567.964/0001-04, sediado na Rua Tenente Rui Lopes
4 Ribeiro, duzentos e noventa e três, Centro, Macaé, Rio de Janeiro, às oito horas, do dia vinte
5 e nove de outubro de dois mil e dezenove, estando presentes os membros do Comitê de
6 Investimentos: **Alfredo Tanos Filho, Augusto Rômulo Fauaz de Andrade, Erenildo Motta**
7 **da Silva Júnior, Isabella Felix Viana, José Eduardo da Silva Guinâncio, Maria**
8 **Auxiliadora de Moura Ferreira, Patric Alves de Vasconcellos e Rose Mary Gomes,**
9 instituídos através da portaria de nomeação nº 208/2016. I - **POLÍTICA DE**
10 **INVESTIMENTOS 2020:** Iniciada a reunião, foi dada continuidade da análise da Política de
11 Investimentos para o Ano de 2020, em complementação à análise inicial de 18 de outubro
12 de 2019, que foi muito extensa, onde sugerimos as alterações / adequações conforme
13 abaixo. Para tanto, a fim de uma melhor compreensão de todos, transcrevemos, também, os
14 apontamentos da ata nº 39 de 18 de outubro de 2019: **Preâmbulo:** Excluir o excesso de
15 espaço no CNPJ do Macaeprev e o termo “,provisoriamente,”; retificar o CEP de 27910-020
16 para 27910-330. **Introdução.** Colocar a sigla “PAI” entre parênteses, após a expressão
17 Política Anual de Investimentos. **Item 1. Definição da Forma de Gestão:** Acrescentar a
18 expressão “e suas atualizações” após Resolução nº 3.922/2010; Acrescentar a palavra
19 “inciso” entre o 52 e o III; Excluir o ano 19 após Lei Federal 13846, já que vem com a data
20 da mesma. Fazer mais um parágrafo após “diretrizes gerais”, de “ Já o art.” Até “dado
21 causa”. Pelos membros do Comitê foi dada uma especial atenção aos três últimos
22 parágrafos do “item 1” por terem sido acrescentados para a Política de 2020. Acrescentar a
23 expressão “Além dos princípios da Administração Pública” antes do último parágrafo: “Em
24 todas as aplicações...” **Item 2. Validade:** Colocar a sigla “PAI” entre parênteses, após a
25 expressão Política Anual de Investimentos. Retirar a preposição “de” entre as palavras
26 “Política” e “Anual” constante no subitem 2.1. Acrescentar a letra “s” após a palavra
27 “Investimento” e excluir a vírgula em seguida. **Item 3. Objetivo da Alocação de**
28 **Recursos:** nenhuma observação foi feita. **Item 4. Origem dos Recursos:** nenhuma
29 observação foi feita. **Item 5. Metodologia de Seleção de Investimentos:** Excluir o subitem
30 5.2. e readequar a numeração. Atenção ao subitem 5.3, quando comparado com o artigo 8º,
31 § 5 , letra c e artigo 12, ambos da 3922, que falam sobre taxa de performance. Subitem 5.4 –
32 Substituir a expressão “Deverá o Instituto de Previdência Social do Município de Macaé

1



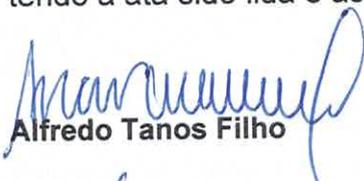
Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Comitê de Investimentos

33 desenvolver” por “O Instituto de Previdência Social do Município de Macaé buscará”;
34 Subitem 5.6: Substituir: Lei Municipal nº 3.981/13, de 28/06/13 por Lei Municipal nº
35 3.981 publicada em 29/06/2013, a palavra “reservas” por “recursos”, e acrescentar a palavra
36 “Oficiais” entre as palavras “Financeiras” e “Públicas”. **Item 6. Limitações:** Acentuar a
37 palavra “credito” no subitem 6.2., subitem esse que deve ser observado em comparação
38 com a Resolução 3.922. **Item 7. Restrições / Condições:** Item 7.2.5 – excluir e renumerar.
39 Acrescentar mais um subitem ao final: “Para aplicações em fundos de investimentos em
40 direito creditório, o limite estabelecido passa a ser calculado em proporção do total de cotas
41 em classe sênior, e não do total de cotas do fundo.” Subitem 7.4 redundante com o subitem
42 7.9. Pelos membros do Comitê foi observado que os subitens 7.2.6 e 7.11 foram
43 acrescentados para a presente Política de Investimentos, sendo o item 7.2.6 relevante,
44 devendo ser acrescentando apenas a palavra “vigente” entre “lista” e “de restrições”; porém
45 o subitem 7.11 parece-nos estar contraditório com o restante da Política, em especial com
46 os subitens 7.2, 7.3, 10, 14.3.2, 15.2 que já tratam das restrições para investimentos em
47 FIDC, fundos de ações... e ainda, dos riscos dos investimentos em ações, por isso (estar
48 conflitante com outros subitens) deve ser extraído da presente Minuta, na opinião dos
49 membros: Alfredo, Eduardo, Erenildo, Isabella e Maria Auxiliadora. O membro **Augusto**
50 justificou a permanência do subitem 7.11 com a seguinte justificativa: “O membro Augusto
51 não considera incoerente pois no DPIN 2020 no campo estratégia é preenchido com a
52 vedação pois a estratégia é o de evitar colocar montante de recursos nesses tipos de fundos
53 a fim de não expor a Carteira de Investimentos a altíssimos riscos, já que se trata de
54 dinheiro público. Portanto não inviabiliza os itens mencionados pelos demais membros já
55 que é obrigatório e pró-forma preencher no DPIN 2020.”. Ficou também decidido, que no
56 caso de permanência do subitem 7.11, deverá ser separado em dois subitens por assunto:
57 FIDC e Multimercado. Dando continuidade: Dos Subitens 7.12. a 7.13.5. não foi feito
58 qualquer apontamento pelos membros do Comitê. **Item 8. Credenciamento –**
59 **Administrador e Gestor** Incluir subitem 8.1.14. Certidão Negativa de Direito Trabalhista –
60 CNDT. **Item 9. Gerenciamento de Riscos** - não foi feito qualquer apontamento pelos
61 membros do Comitê. **Item 10. Risco em Fundos de Ações** - não foi feito qualquer
62 apontamento pelos membros do Comitê. **Item 11. Cenário Macroeconômico** - Acrescentar
63 o significado da sigla DAIR antes da mesma - Demonstrativo das Aplicações e Investimentos
64 dos Recursos. **Item 12. Projeção de Indicadores Econômicos** – alterar a data do Boletim

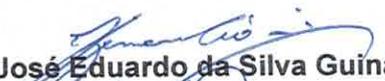


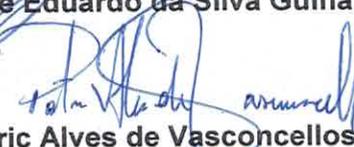
Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Comitê de Investimentos

65 Focus para 25 de Outubro de 2019, bem como os respectivos indicadores, conforme tabela
66 em anexo. Item 13 – Alocação de Recursos. **Subitem 13.1.1.** Pelo membro **Erenildo** foi
67 sugerido fechar o parênteses após a expressão “vértices únicos” e não após “agosto”, o que
68 foi acordado por todos. Pelo membro **Eduardo** foi sugerido extrair o restante do texto após
69 NTNBN, a saber: “e que pague cupom de juros semestrais em fevereiro e agosto” por
70 entender que sem o pagamento do cupom de juros a rentabilidade desse segmento seria
71 maior e o fluxo de caixa do Macaeprev e o seu Patrimônio atual configuram a não
72 necessidade dessa regra. **Subitem 13.1.2** Acrescentar a expressão “Investimentos
73 Estruturados” após a expressão “Renda Variável”. **Subitem 13.1.3** – Segmento de Imóveis
74 (conforme item 15.2) - Excluir. **Item 15. Faixas de Alocação de Recursos – Subitem 15.1**
75 **Renda Fixa** – Ajustar os seguintes percentuais: Fundo Referenciado – Substituir 40% por
76 60% nos Limites de Resolução e Alocação. Fundos Renda Fixa – Substituir 60% por 40%
77 nos Limites de Resolução e Alocação. – **Subitem 15.2 Renda Variável** – Ajustar os
78 seguintes constantes na coluna “Diversificação” das linhas “Multimercado Aberto” de 15%
79 para 5% e “FI em Participações – Fechado” de 15% para 5%. **Subitem 15.2.1** - Incluir a
80 expressão “total dos recursos da carteira do Macaeprev” após 30% (trinta por cento).
81 **Subitem 16 Obrigações – Subitem 16.1.3.** Incluir “Ações” após “...Multimercado”. **Subitem**
82 **16.2** Acrescentar a palavra “Publicidade” após a expressão “Princípio de Transparência”. A
83 presente ata será encaminhada ao Conselho Previdenciário junto com a minuta da Política
84 de Investimentos por nós analisada para as devidas adequações, se o Conselho julgar
85 pertinente. **II- ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada,
86 tendo a ata sido lida e assinada por todos os membros presentes.


Alfredo Tanos Filho

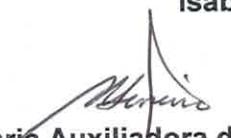

Erenildo Motta da Silva Júnior


José Eduardo da Silva Guinâncio


Patric Alves de Vasconcelos


Augusto Romulo Fauaz de Andrade


Isabella Felix Viana


Maria Auxiliadora de Moura Ferreira

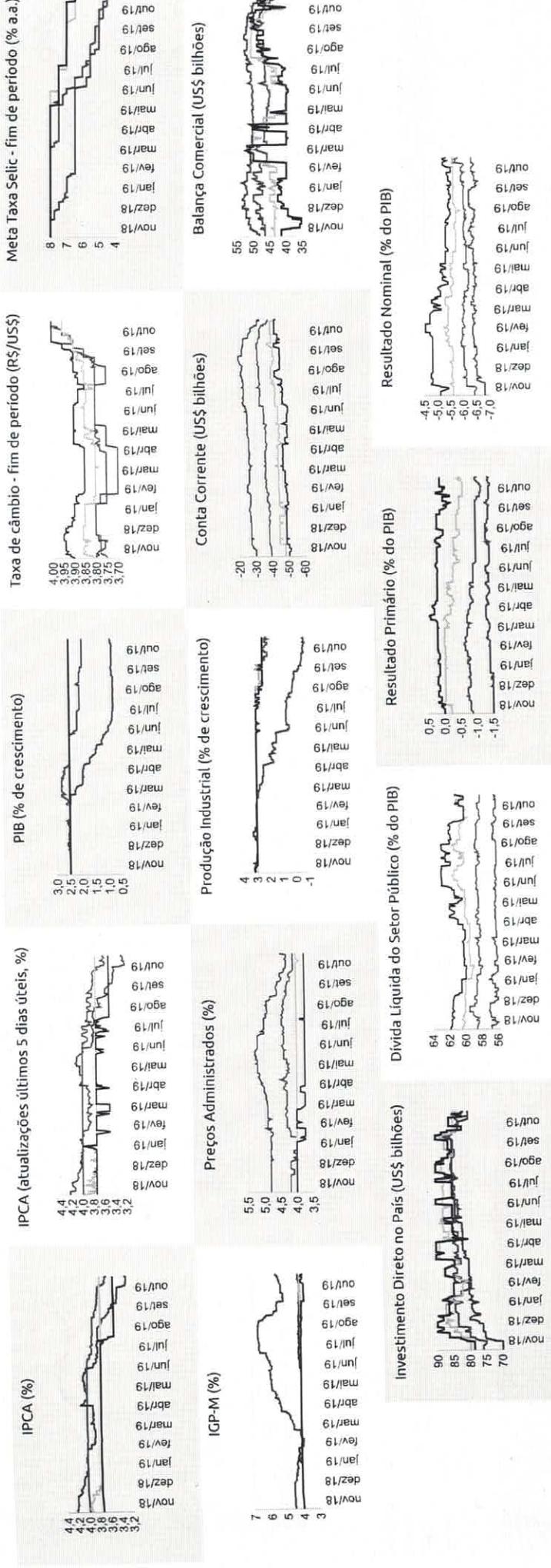

Rose Mary Gomes

Mediana - Agregado

	2019			2020			2021			2022		
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje semanal*
	3,43	3,26	3,29	3,79	3,66	3,60	3,75	3,75	3,75	3,50	3,50	3,50
IPCA (%)			▲ (1)			▼ (5)			(46)			(13)
IPCA (atualizações últimos 5 dias úteis, %)	3,42	3,26	▲ (2)	3,80	3,65	▲ (1)	3,75	3,75	(41)	3,50	3,50	(13)
PIB (% de crescimento)	0,87	0,88	▲ (2)	2,00	2,00	▲ (6)	2,59	2,59	(137)	2,50	2,50	(79)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	4,00	4,00	▲ (4)	3,91	4,00	▲ (1)	3,92	3,95	(2)	4,00	4,00	(4)
Meta Taxa Selic - fim de período (% a.a.)	4,75	4,50	▲ (1)	5,00	4,75	▲ (1)	6,59	6,50	(1)	7,00	7,00	(1)
IGP-M (%)	5,18	5,34	▲ (3)	4,03	4,11	▲ (1)	4,00	4,00	(119)	3,75	3,85	(1)
Preços Administrados (%)	4,40	4,33	▲ (2)	4,17	4,11	▲ (1)	4,80	4,80	(117)	3,75	3,75	(29)
Produção Industrial (% de crescimento)	-0,54	-0,65	▼ (1)	2,10	2,29	▼ (1)	2,50	2,50	(6)	2,50	2,50	(6)
Conta Corrente (US\$ bilhões)	-26,00	-31,30	▼ (7)	-33,00	-37,00	▼ (2)	-40,00	-39,25	(1)	-44,00	-42,00	(1)
Balança Comercial (US\$ bilhões)	51,71	48,85	▼ (6)	48,20	45,00	▼ (4)	47,13	45,80	(1)	50,00	46,55	(1)
Investimento Direto no País (US\$ bilhões)	83,40	80,00	▲ (1)	83,20	80,00	▲ (1)	84,00	84,85	(1)	82,00	82,00	(2)
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	56,30	56,10	▲ (2)	58,15	58,00	▲ (1)	60,00	60,50	(1)	60,00	60,00	(1)
Resultado Primário (% do PIB)	-1,40	-1,39	▲ (2)	-1,13	-1,05	▲ (1)	-0,40	-0,60	(1)	-0,20	0,10	(2)
Resultado Nominal (% do PIB)	-6,40	-6,30	▲ (1)	-5,90	-5,65	▼ (1)	-5,60	-5,55	(1)	-5,40	-5,20	(1)

* comportamento dos indicadores desde o Foco-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** número de respostas na amostra mais recente

2019 — 2020 — 2021 — 2022



Mediana - Top 5 Curto Prazo

	out/19		nov/19		dez/19	
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Há 4 semanas	Há 1 semana	Há 4 semanas	Há 1 semana
IPCA (%)	0,22	0,04	0,15	0,27	0,39	0,42
IGP-M (%)	0,30	0,65	0,29	0,30	0,25	0,27
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	4,10	4,13	4,04	4,10	4,09	4,10
Meta Taxa Selic (% a.a.)	5,00	5,00	5,00	5,00	4,75	4,50

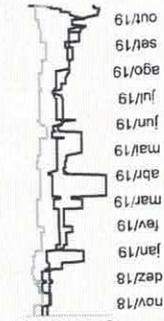
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)

Meta Taxa Selic (% a.a.)

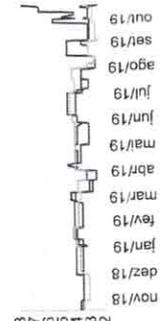
* comportamento dos indicadores desde o FOCUS-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** número de respostas na amostra mais recente

out/19 — nov/19 — dez/19

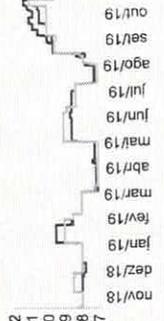
IPCA (%)



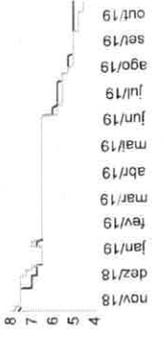
IGP-M (%)



Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)



Meta Taxa Selic (% a.a.)



Mediana - Top 5 Curto Prazo

	2019		2020		2021		2022	
	Há 4 semanas	Há 1 semana						
IPCA (%)	3,36	3,26	3,89	3,67	3,75	3,73	3,50	3,50
IGP-M (%)	4,99	5,39	4,00	4,15	3,90	4,10	3,90	3,90
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	4,00	4,10	3,90	4,01	4,03	4,10	3,97	4,10
Meta Taxa Selic (% a.a.)	4,75	4,50	4,75	4,50	6,50	6,50	6,50	6,75

Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)

Meta Taxa Selic (% a.a.)

* comportamento dos indicadores desde o FOCUS-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** número de respostas na amostra mais recente

Mediana - Top 5 Médio Prazo

	2019		2020		2021		2022	
	Há 4 semanas	Há 1 semana						
IPCA (%)	3,37	3,28	3,73	3,76	3,80	3,75	3,75	3,50
IGP-M (%)	5,13	5,39	4,73	4,00	4,18	3,83	3,85	3,50
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	4,00	4,13	4,00	4,20	4,15	4,15	3,90	4,20
Meta Taxa Selic (% a.a.)	4,75	4,50	4,50	4,25	6,50	6,50	6,50	6,50

Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)

Meta Taxa Selic (% a.a.)

* comportamento dos indicadores desde o FOCUS-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** número de respostas na amostra mais recente



Estado do Rio de Janeiro

Município de Macaé

MACAEPREV Instituto de Previdência Social



*Instituto de Previdência Social do Município de Macaé, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.567.964/0001-04 sediado, **provisoriamente**, à Rua Tenente Rui Lopes Ribeiro, 293 Centro, nesta cidade da Comarca de Macaé, CEP 27910-020330.*

1. INTRODUÇÃO

Este documento formaliza os objetivos e restrições de investimentos da gestão dos recursos do Instituto de Previdência Social do Município de Macaé através da designação dos segmentos, ativos financeiros, faixas de alocação estratégica, restrições, limites e tipo da gestão. A presente Política Anual de Investimentos— (PAI) foi aprovada pelo Conselho Previdenciário do Instituto de Previdência Social do Município de Macaé, através de reunião extraordinária realizada em / /19, disponibilizada aos seus segurados e pensionistas.

4. 2. DEFINIÇÃO DA FORMA DE GESTÃO

A forma de gestão definida é a gestão própria, nos termos do inciso I, do §1º do artigo 15 da Resolução nº 3.922/2010 **e suas atualizações**, do Conselho Monetário Nacional.

2.1. A Lei Complementar nº 119/09, em seu artigo 11 estabelece que: Conselho Previdenciário **têm tem** por pertinência de suas atribuições, o dever privativo de deliberar e zelar pela preservação da Reserva Financeira destinada ao pagamento dos Benefícios, buscando sempre incrementar a Política de Investimentos, para atingir a meta atuarial, cumprindo a legislação pertinente da matéria.

2.2. A Lei Complementar nº 119/09, em seu artigo 12, inciso I estabelece que: Compete ainda ao Conselho Previdenciário, deliberar sobre a Política de Investimentos do Fundo Previdenciário.

2.3. A Lei Complementar nº 246/15, em seu artigo 2º, estabelece que: **Comitê** de Investimentos, órgão colegiado de natureza consultiva para atuação em quaisquer processos de investimentos e desinvestimentos, com vistas ao aprimoramento das Políticas de Investimentos, no sentido de nortear todo o processo de tomada de decisão, a fim de propiciar a consistência da gestão dos recursos em busca do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial.

2.4. A Portaria MPS 440, de 09/10/2013 deu nova redação à Portaria MPS 519/11, estabelecendo em seu artigo 3º-A: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão comprovar à SPSS que seus RPPS mantêm Comitê de Investimentos, participante do processo decisório quanto à formulação e execução da política de investimentos”.



Estado do Rio de Janeiro

Município de Macaé

MACAEPREV Instituto de Previdência Social



2.5. A Portaria nº 464, do Ministério da Fazenda, de 19 de Novembro de 2018, em seu artigo 52, **inciso** III, diz que: dos Conselhos Deliberativo e Fiscal do RPPS, que deverão zelar pela utilização dos recursos segundo os parâmetros gerais e observados os princípios que regem a Administração Pública.

2.6. O artigo 31 da Lei Federal 13846/~~19~~, de 18/06/19, altera o artigo 8º e 8º-A, da Lei 9717/98, que fala o seguinte: Art. 8º: Os responsáveis pelos poderes, órgãos ou entidades do ente estatal, os dirigentes da unidade gestora do respectivo regime próprio de previdência social e os membros dos seus conselhos e comitês respondem diretamente por infração ao disposto nesta lei, sujeitando-se, no que couber, ao regime disciplinar estabelecido na Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e seu regulamento e conforme diretrizes gerais.

2.7. Já o Art. 8º-A, rege o seguinte: Os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a quem tiverem dado causa.

2.8. Em todas as aplicações dos recursos financeiros do Macaeprev, é obrigatória a observância dos seguintes princípios: Solidez, Rentabilidade, Solvência, Liquidez e Transparência.

2. 3. VALIDADE

2.1A presente Política de Anual de Investimentos (PAI) terá validade de 1º de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020, podendo ser alterada durante sua execução para adequação à legislação vigente.

2.2 3.1. Esta Política Anual de Investimento, poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou à nova legislação, desde que aprovadas pelo Conselho Previdenciário, antes de sua implementação.

3. 4. OBJETIVO DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS

O objetivo da alocação de recursos será a preservação do equilíbrio financeiro e o atendimento da meta atuarial de 6,00% (seis por cento) ao ano de taxa real de retorno, acrescida da variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) obedecendo aos limites de riscos por emissão e por segmento, e o limite de concentração por emissor por fundos estabelecidos nesta Política Anual de Investimentos. O Instituto buscará a mais adequada alocação dos ativos, à vista



Estado do Rio de Janeiro

Município de Macaé

MACAEPREV Instituto de Previdência Social



do perfil do passivo, no curto, médio e longo prazo, atendendo aos normativos da Resolução 3922/10 do CMN, Resolução 4392/14 do BACEN e Resolução 4604/17 do BACEN.

4. 5. ORIGEM DOS RECURSOS

Os recursos em moeda corrente do Instituto de Previdência Social do Município de Macaé são: as disponibilidades oriundas das receitas correntes e de capitais, os demais ingressos financeiros auferidos pelo Regime Próprio de Previdência Social; das aplicações financeiras; os títulos e os valores mobiliários; os ativos vinculados por lei ao regime próprio de previdência social, e demais bens, direitos e ativos com a finalidade previdenciária do Regime Próprio de Previdência Social.

5. 6. METODOLOGIA DE SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS

~~5.1.6.1.~~ Os investimentos poderão acontecer de forma direta e/ou indireta:

~~5.1.1.~~ Forma Direta: quando o(s) investimento(s) ou desinvestimento(s) ocorrerem via Títulos Públicos Federais e/ ou operações compromissadas.

~~5.1.2.~~ Forma Indireta: quando o(s) investimento(s) ou desinvestimento(s) ocorrerem via cotas de fundos de investimentos.

~~5.2. O prazo de vencimentos dos Títulos Públicos, das operações compromissadas e carência para resgates em fundos de investimentos, obedecerão à política de ALM (Asset Liabilities Management) previamente realizada, isto é, a política de ajustamento das datas previstas dos compromissos estabelecidos no cálculo atuarial com o vencimento dos ativos financeiros, a ser feita por um Atuário devidamente habilitado.~~

~~5.3.~~ **6.2.** Será permitido o pagamento de *performance* em aplicações em cotas de fundos de investimentos ou fundo de investimentos em cotas ou em carteiras administradas, desde que o resultado da aplicação (rendimentos), supere o valor contratado, a performance será devida somente sobre o valor que exceder o rendimento contratado e também desde que a periodicidade de cálculo seja semestral, ou no momento do resgate admitindo-se a previsão diária no cálculo das cotas, sempre que o índice de referência (*benchmark*) superar o valor da aplicação inicial e ainda respeitando o conceito de linha d'água.

▶ **Atenção! Verificar o item acima em comparação com o art. 8º §5º, c e o art. 12, ambos da Resolução 3.922.**

~~5.4.6.3.~~ **Deverá o** Instituto de Previdência Social do Município de Macaé



Estado do Rio de Janeiro

Município de Macaé

MACAEPREV Instituto de Previdência Social



buscará desenvolver metodologia própria para seleção de gestores de cotas de fundos de investimentos e/ou cotas de fundos de investimentos em cotas, que envolvam critérios qualitativos e quantitativos dos gestores, submetê-los ao Conselho Previdenciário, antes de possíveis investimentos, conforme art. 2º, I da Portaria MPS 345/09.

5.5-6.4. Para operações com títulos públicos, além do subitem 5.2 deve-se proceder ao levantamento quanto à idoneidade das sociedades corretoras e distribuidoras, fazendo consultas ao Banco Central do Brasil, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), bem como seu prévio cadastramento junto ao Instituto de Previdência Social do Município de Macaé.

5.6- 6.5. Os recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social, representados por disponibilidades financeiras, devem ser depositados em contas próprias, em instituições financeiras bancárias devidamente autorizadas a funcionar no País pelo Banco Central do Brasil, controlados e contabilizados de forma segregada dos recursos do ente federativo, e que por força da Lei Municipal nº 3.981/~~13~~, de ~~28/06/13~~, publicada em 29/06/13, ~~as reservas financeiras os recursos financeiros~~ deste Instituto, passaram a ser aplicados em Instituições Financeiras **Oficiais** Públicas, mantidas as situações anteriores em prol da preservação do capital, a fim de que não ocorra realização de prejuízo.

6- 7. LIMITAÇÕES

Nas Aplicações Financeiras de Forma Indireta via fundos de investimentos deverão ser observados os limites de concentração dos investimentos da seguinte forma:

6.1-7.1. As aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social.

6.2- 7.2. Depósito em poupança, até o limite de 15% (quinze por cento), só será permitido em Instituições financeiras, classificadas com baixo risco de **credito crédito** por agência classificadora de risco com sede no País e que o controle societário não seja o diretamente ou indiretamente detido por Estado.

► **Atenção! Verificar o item acima com o art. 11 da Resolução 3.922.**

6.3-7.3. A aplicação de até 60% (sessenta por cento) em Cotas de Fundo de Investimentos classificados como renda fixa ou 40% (quarenta por cento), como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto.



Estado do Rio de Janeiro

Município de Macaé

MACAEPREV Instituto de Previdência Social



6.4.7.4. Os recursos destinados a investimentos em cotas de um mesmo fundo de investimento e/ou cotas de fundos de investimento em cotas deverão deter no máximo 20,00% dos recursos do Instituto de Previdência Social do Município de Macaé e não podem exceder 15,00% (quinze por cento) do PL de cada Fundo, exceto nos casos de valorização de ativos financeiros e, mesmo assim, por prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para evitar o desenquadramento, conforme nova versão dada ao artigo 21, parágrafo 1º, da Resolução 4604/17, do BACEN.

6.5.7.5. As aplicações em cota de fundos de investimentos e/ou cotas de fundos de investimentos em cotas, lastreados exclusivamente em Títulos Públicos registrados na SELIC poderão deter 100% (cem por cento) dos recursos em moeda corrente do Instituto de Previdência Social do Município de Macaé, desde que não ultrapasse os 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

6.6.7.6. As instituições financeiras que operam com o Instituto de Previdência Social do Município de Macaé deverão ter implementadas estrutura de gerenciamento de risco de crédito com base na resolução CMN 3721/09.

6.7.7.7. Os limites de forma geral deverão obedecer ao previsto no item 15 desta Política Anual de Investimentos.

7. 8. RESTRIÇÕES/CONDIÇÕES

7.1.

Os investimentos em títulos que não sejam aqueles de emissão do Tesouro Nacional, só poderão ser realizados pelo Instituto de Previdência Social do Município de Macaé, via fundos de investimentos ou via fundos de investimentos em cotas de fundo de investimentos.

7.2. 8.1. Nos investimentos em FIDCs (Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios) serão obedecidas as seguintes restrições e condições:

7.2.1. 8.1.1. Que o somatório entre investimentos em FIDCs abertos e fechados ou cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou referenciados em indicadores de renda fixa que contenham em sua denominação a expressão “crédito privado” seja no máximo 5% (cinco por cento) do Patrimônio Financeiro do Instituto.

7.2.2. 8.1.2. Que os Fundos tenham classificação como baixo risco de crédito concedido por agência de risco com sede no País.

7.2.3. 8.1.3. O investimento em FIDC fechado não pode exceder a 5% (cinco por cento) dos recursos do Instituto de Previdência Social do Município de Macaé, com o limite de 1/3 (um terço) por emissor.



Estado do Rio de Janeiro

Município de Macaé

MACAEPREV Instituto de Previdência Social



~~7.2.4.~~ **8.1.4.** Que o Ente Federativo não funcione como devedor ou avalista dos recebíveis.

~~7.2.5.~~ **Os investimentos em FIDCs devem ter como origem os empréstimos consignados para servidores públicos.**

~~7.2.6.~~ **8.1.5.** Que os FIDC's não constem na lista **vigente** de restrições divulgadas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

8.1.6. Para aplicação em FIDC's, o limite estabelecido passa a ser calculado em proporção do total de cotas em classe sênior, e não de total de cotas do fundo.

~~7.3~~ **8.2.** Até 30% (trinta por cento) em fundos de ações referenciados em Ibovespa, IBRX, IBRX-50 e Dividendos.

~~7.3.1~~ **8.2.1.** Que o somatório dos Investimentos em renda variável assim compreendido: fundos de índices referenciados em ações; fundos Multimercados; fundo de investimentos em participações e fundos de investimentos imobiliários, não ultrapassem 30% dos recursos do Instituto de Previdência Social do Município de Macaé.

~~7.4~~ **8.3.** Estão proibidos todos os tipos de operações com derivativos, a não ser aqueles para proteção da carteira de fundos de investimentos, ainda assim limitados a uma vez o Patrimônio Líquido do fundo, isto é, fica terminantemente proibido, aplicar em fundos alavancados.

~~7.5~~ **8.4.** Está vedado qualquer investimento em Fundos de Investimentos ou Fundos em Cotas de Fundos de Investimentos, que não prevejam em seu regulamento a impossibilidade de operações do tipo *Day-trade*, ou aqueles omissos quanto ao tema.

~~7.6.~~ **8.5.** Está vedado ao Instituto de Previdência Social do Município de Macaé praticar as operações denominadas *Day-trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Regime Próprio possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo, quando se tratar de negociações de títulos públicos federais realizadas diretamente Pelo Regime Próprio de Previdência Social.

~~7.7.~~ **8.6.** Estão vedados os investimentos em Fundos de Investimentos em gestoras ou administradoras que não se disponham a fornecer a composição da carteira dos fundos de investimentos, em período máximo defasado de cinco dias úteis da data do fechamento do mês anterior ao da análise da carteira de investimentos.



Estado do Rio de Janeiro

Município de Macaé

MACAEPREV Instituto de Previdência Social



~~7.8.~~ **8.7.** Estão vedados os investimentos em Cotas de fundos de investimentos, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos prevejam que suas respectivas carteiras sejam representadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea “a” do inciso I, do art. 7º da Resolução nº. 3.922/2010 e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDKA), CDI (DI), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia.

~~7.9.~~ **8.8.** Está vedado o investimento em cotas de fundos de investimentos que prevejam a possibilidade de alavancagem.

~~7.10.~~ **8.9.** Não será permitida, a contratação de consultorias independentes para auxiliar na definição dos investimentos e obrigações legais, mesmo que sejam devidamente autorizadas a funcionarem pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

~~7.11. Não será permitida a aplicação em: FIDC's, FIP's, Fundo de Ações, BDR, ADR e Fundos Imobiliários. Quanto aos Fundos Multimercados, que a composição da carteira não ultrapasse percentual superior a 15% de ações e que tenha no mínimo 85% em renda fixa de Títulos Públicos Federais.~~

▶ **Atenção! Item acima incoerente com os subitens 8.1 (7.2), 8.2. (7.3), 11 (10), 12 (11), 14.3.2. 15.2.**

Caso o item permaneça, deve ser subdividido em dois:

8.10. Não será permitida a aplicação em: FIDC's, FIP's, Fundo de Ações, BDR, ADR e Fundos Imobiliários.

8.11. Quanto aos Fundos Multimercados, que a composição da carteira não ultrapasse percentual superior a 15% de ações e que tenha no mínimo 85% em renda fixa de Títulos Públicos Federais.

~~7.6.~~ **8.12.** O regulamento dos fundos de investimentos objetos de aplicação por parte do Instituto de Previdência Social do Município de Macaé deverá prever que o limite para investimentos em crédito privado seja no máximo 5% (cinco por cento).

~~7.7.~~ **8.13.** Nos investimentos via cota de Fundos de Investimentos ou Fundo em Cotas de Fundos de Investimentos, deverá ser observado que o regulamento dos Fundos disponha obrigatoriamente o seguinte:

~~7.7.1.~~ **8.13.1.** Para investimentos em Fundos com possibilidade de baixa volatilidade, assim compreendidos os Fundos de Curto Prazo, como os Referenciados de curto prazo e Renda Fixa no Curto Prazo, será permitido o uso de cota de abertura, que é a primeira do dia.



Estado do Rio de Janeiro

Município de Macaé

MACAEPREV Instituto de Previdência Social



7.7.2. 8.13.2. Para investimentos em Fundos com possibilidade de alta volatilidade, assim compreendidos os Fundos de Ações, Multimercado e Renda Fixa de Longo Prazo, será permitido o uso de cota de fechamento, que é a última do dia.

7.7.3. 8.13.3. Para os Investimentos de forma indireta (cotas de FI, FIP e FIC de FI; FIDC e FIC de FIDC), será necessária a possibilidade de Identificar os ativos constantes da carteira de investimentos.

7.7.4. 8.13.4. Será obrigatória a consolidação dos investimentos, de modo a se observar os limites previstos nesta Política Anual de Investimentos.

7.7.5. 8.13.5. O Regulamento especificará a utilização da cota, se de abertura ou fechamento, bem como as condições para o resgate, se D+0, D+1, D+2 e assim sucessivamente.

8.9. CREDENCIAMENTO – Administrador e Gestor

8.1. 9.1. Para o credenciamento do administrador e gestor serão exigidos anualmente os seguintes documentos:

8.1.1. 9.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas;

8.1.2. 9.1.2. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;

8.1.3. 9.1.3. Balanço Patrimonial dos 03 (três) últimos exercícios, inclusive com o Termo de Abertura e Encerramento, exigível e apresentado na forma da lei, registrado no órgão competente, que comprovem a solidez da situação econômico-financeira da entidade;

8.1.4. 9.1.4. Demonstrativos contábeis com os índices de liquidez corrente, índices de liquidez geral e índices de solvência geral, extraídos dos balanços dos 03 (três) últimos exercícios, que comprovem a solidez da situação econômico-financeira da instituição;

8.1.5. 9.1.5. Comprovar que ocupa posição de destaque (até a 5ª colocação), no item recursos administrados de terceiros, de acordo com o *Ranking* Global de Administração de Recursos de Terceiros, referente ao Administrador, elaborado mensalmente pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais);



Estado do Rio de Janeiro

Município de Macaé

MACAEPREV Instituto de Previdência Social



~~8.1.6.~~ **9.1.6.** Comprovar que ocupa posição de destaque no item Gestão de Recursos, de acordo com o *Ranking* Global de Gestor (até a 5ª colocação), elaborado mensalmente pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais);

~~8.1.7.~~ **9.1.7.** Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de no máximo 30 (trinta) dias anteriores à entrega;

~~8.1.8.~~ **9.1.8.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

~~8.1.9.~~ **9.1.9.** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da instituição, pertinente ao seu ramo de atividade;

~~8.1.10.~~ **9.1.10.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Tributos Federais e Dívida Ativa da União), ou outra equivalente na forma da lei;

~~8.1.11.~~ **9.1.11.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal através de certidões das respectivas secretarias, das entidades da federação, sede da instituição;

~~8.1.12.~~ **9.1.12.** Certidão Negativa fornecida pelo INSS, com a finalidade de comprovar a inexistência de débitos com a Seguridade Social;

~~8.1.13.~~ **9.1.13.** Certidão Negativa, expedida pela Caixa Econômica Federal, com a finalidade de comprovar a inexistência de débitos junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

9.1.14. Certidão Negativa de Direito Trabalhista – CNDT.

9. 10. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Nos investimentos diretos via títulos públicos ou operações compromissadas (Resolução BCB 3339/06 e Resolução BCB 550/79) e nos investimentos indiretos via cota de fundos de investimentos deverão ser levados em conta os seguintes riscos envolvidos nas operações:

~~9.1~~ **10.1.** Risco de crédito dos ativos: possibilidade do devedor não honrar seus compromissos;

~~9.2~~ **10.2.** Risco sistemático ou conjuntural: são os riscos que os sistemas econômicos, político e social, impõem ao governo;



Estado do Rio de Janeiro

Município de Macaé

MACAEPREV Instituto de Previdência Social



9.3 10.3. Risco próprio ou não sistemático: consiste no risco intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual o ativo pertença;

9.4 10.4. Risco de mercado: é o risco de oscilações de preços do ativo;

9.5 10.5. Risco de liquidez: também chamado risco financeiro. É conhecido pela falta de condição de pagamento do emissor ou ausência de mercado secundário daquele tipo de ativo;

9.6 10.6. Risco de contraparte: também conhecido como risco de coobrigação, é quando da securitização de dívida exige endosso por parte de terceiros e estes também ficam sem liquidez;

9.7 10.7. Risco legal: tipo de risco no qual o ativo objeto do investimento esteja sujeito à interpelação judicial;

9.8 10.8. Risco operacional: está relacionado principalmente a risco ligado à incompetência ou à desonestidade dos administradores.

9.9 10.9. Para investimentos de forma direta ou indireta em renda fixa, serão observados os seguintes gerenciamentos de risco:

9.9.1. 10.9.1. Risco de Derivativos: É quando um Fundo pode utilizar técnicas de *hedge* (mecanismos de proteção) destinados a reduzir os riscos de movimentos negativos nas taxas de juros, preços de valores mobiliários e taxas cambiais. Embora possam reduzir determinados riscos, essas operações por si só podem gerar outros riscos. Assim sendo, embora o Fundo possa se beneficiar do uso desses mecanismos de proteção, mudanças não previstas nas taxas de juros, preços dos valores mobiliários ou taxas de câmbio podem resultar em um pior desempenho em geral para o Fundo em comparação ao cenário em que tais operações de *hedge* não tiverem sido contratadas.

9.9.2 10.9.2. Risco de Descontinuidade: A Assembléia Geral poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo. Nessas situações, os cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pela Administradora ou pela Gestora, nenhuma multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

9.9.3. 10.9.3. Risco de Fatores Macroeconômicos e Regulatórios: É quando um Fundo está sujeito aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de



Estado do Rio de Janeiro

Município de Macaé

MACAEPREV Instituto de Previdência Social



mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro.

9.9.4. 10.9.4. Risco de Propriedade de Cotas: É quando, apesar de a carteira de investimento do Fundo poder ser constituída predominantemente, por Valores Mobiliários de emissão de Companhias Investidas, a propriedade das cotas, não confere aos cotistas, propriedade direta sobre tais Valores Mobiliários. Os direitos dos cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de cotas detidas.

9.9.5. 10.9.5. Risco de Concentração de Investimentos: É quando um Fundo poderá concentrar seus investimentos em um número reduzido de Companhias Investidas ou mesmo em uma única Companhia Investida. Nesta hipótese, o Fundo poderá ser negativamente afetado caso tal(is) Companhia(s) Investida(s) apresente(m) resultados financeiros negativos e/ou não efetue(m) a distribuição dos rendimentos atribuídos aos Valores Mobiliários de emissão de tal(is) Companhia(s) Investida(s).

9.9.6. 10.9.6. *Value at Risk* (VaR): fornece uma medida da pior perda esperada em ativo ou carteira para um determinado período de tempo e um intervalo de confiança previamente especificado.

9.10 10.10. Notas de Riscos: os ativos integrantes das carteiras serão considerados baixo risco de crédito, de acordo com classificação mínima (*rating*) estabelecida, por pelo menos 03 (três) das agências classificadoras de risco em funcionamento no País, quando detiverem notas conforme a tabela abaixo ou equivalente:

Agência Classificadora de Risco	"Rating" Mínimo
<i>Standard & Poor's</i>	<i>BBB - ou A-3</i>
<i>Moody's</i>	<i>Baa3 ou N-2 (BR-2)</i>
<i>SR Rating</i>	<i>BBB-</i>
<i>Austin</i>	<i>BBB ou A-3</i>
<i>FITCH</i>	<i>BBB- ou F3</i>
<i>LF RATING</i>	<i>BBB ou A-3</i>

10 11. RISCO EM FUNDO DE AÇÕES

10.1 11.1. A seleção de fundos de ações no que se refere a risco basear-se-á



Estado do Rio de Janeiro

Município de Macaé

MACAEPREV Instituto de Previdência Social



no atendimento por parte do administrador ou gestor do fundo da seguinte metodologia:

10.1.1 11.1.1. *Value at Risk* (VaR): fornece uma medida da pior perda esperada em ativo ou carteira para um determinado período de tempo e um intervalo de confiança previamente especificado.

10.2 11.2. Poderão ser consideradas, ainda, outras medidas de risco absoluto, tais como: índice de Sharpe e/ou Beta.

11 12. CENÁRIO MACROECONÔMICO

Para embasar as decisões de investimentos serão elaborados relatórios detalhados, no mínimo mensalmente, principalmente o **Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR**, bem como sobre a rentabilidade e riscos das diversas modalidades de operações realizadas pelo Instituto de Previdência Social do Município de Macaé, com títulos, valores mobiliários e demais ativos, a serem submetidas às instâncias superiores de deliberação e controle, e ainda, demonstrando o cenário macroeconômico com as seguintes premissas nacionais e internacionais.

11.1 12.1. Cenário Internacional

11.1.1. 12.1.1. Capacidade de crescimento dos países;

11.1.2. 12.1.2. Política de defesa de suas moedas;

11.1.3. 12.1.3. Nível de taxa de juros;

11.1.4. 12.1.4. Nível de inflação;

11.1.5. 12.1.5. Abertura comercial;

11.1.6. 12.1.6. Acordos bilaterais;

11.1.7. 12.1.7. Política cambial dos diversos países.

11.2 12.2. Cenário Nacional

11.2.1 12.2.1. Previsão de Taxa SELIC no final do período;

11.2.2 12.2.2. Taxa de Câmbio Final de período

11.2.3 12.2.3. Inflação (IPCA, IGPM e INPC)



Estado do Rio de Janeiro

Município de Macaé

MACAEPREV Instituto de Previdência Social



~~11.2.4~~ 12.2.4. Crescimento econômico;

~~11.2.5~~ 12.2.5. Superávit primário;

~~11.2.6~~ 12.2.6. Participação Relativa da Dívida Pública sobre o PIB;

~~11.2.7~~ 12.2.7. Níveis possíveis de juros reais.

~~11.2.8~~ 12.2.8. Tendência de Mercado

12 13. PROJEÇÃO DE INDICADORES ECONÔMICOS.

► **Atenção! Ajustar conforme Boletim Focus de 25/10/2019**

Ano	Resultado Nominal % PIB	Taxa Selic Final % a.a	IPCA %	IGPM %	Câmbio Fim período (R\$/US\$)	Resultado Primário % PIB	Relação Dívida/%PIB	Cresc. PIB %	Juro Real Selic Fim X IPCA %
2020	-5,90	5,00	3,79	4,03	3,91	-1,13	58,15	2,00	5,00
2019	-6,40	4,75	3,43	5,18	4,00	-1,40	56,30	0,87	4,75

Fonte: Boletim Focus do Banco Central do Brasil (~~27 de Setembro de 2019~~)
(25 de Outubro de 2019)

13 14. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

~~13.1~~ 14.1 A alocação dos recursos será feita nos seguintes segmentos:

~~13.1.1~~ 14.1. Segmento de Renda Fixa (incluindo os com carência da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, desde que seja respeitada a taxa líquida anual de no mínimo 6,00% e que sua carteira seja composta por NTN-B ~~e que pague cupom de juros semestrais em fevereiro e agosto~~) e com vértices únicos). (conforme item 15.1)

~~13.1.2~~ 14.2. Segmento de Renda Variável e Investimentos Estruturados (conforme item 15.2)

~~13.1.3~~ Segmento de Imóveis (conforme item 15.2)



Estado do Rio de Janeiro

Município de Macaé

MACAEPREV Instituto de Previdência Social



14 15. ESTRATÉGIA PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS.

A estratégia para alocação de recursos será dividida em quatro grupos:

14.1 15.1. Alocação direta em Títulos Públicos:

14.1.1 15.1.1. Asset Allocation: Alocação entre os diversos tipos de Títulos Públicos, preferencialmente NTN-B com duration atrelado ao cálculo atuarial, no que se refere à programação de desembolso, para atender a folha de pagamento dos benefícios previdenciários.

14.1.2 15.1.2. Market Timing: Análise de mercado para detectar o momento ideal de investimentos e desinvestimentos em Títulos Públicos.

14.2 15.2. Cotas de fundos de investimentos e/ ou cotas de fundos de investimentos em cotas, do tipo:

14.2.1 15.2.1. Renda Fixa

14.2.1.1 15.2.1.1. Passivo, Indexado ou Referenciado: Onde o fundo tenha como objetivo e política de investimento, a busca de retorno de um dos subíndices do IMA ou IDKA (Índice de Duração Constante Anbima)

14.2.1.2 15.2.1.2. Ativo - Onde o fundo adote as estratégias de *asset allocation*, *market timing* além de derivativos (estes limitados a 100% da carteira de ativos) de forma a superar preferencialmente o IMA ou do Índice de Duração Constante Anbima - IDKA, mas mitigando o risco de volatilidade dos juros dos ativos que compõem a carteira de investimento dos fundos.

14.3.2 15.2.2. Renda Variável (Ações, Multimercados com Renda Variável, Fundos de Participação e Fundos Imobiliários), utilizando o sistema *Stop picking*, onde o gestor deverá selecionar as ações com maior potencial de retorno.

15 16. FAIXAS DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS



Estado do Rio de Janeiro

Município de Macaé

MACAEPREV Instituto de Previdência Social



15.1 16.1. Renda Fixa

Tipo	Alocação (%)		
	Limite Resolução %	Limite Alocação %	Obrigatoriedade
Títulos Públicos	100	100	I - Conta de custódia segregada
Fundos 100% TP	100	100	I - Até 15% do Patrimônio líquido do Fundo II – Benchmark do fundo no IMA ou IDKA III- Até 100% dos recursos do RPPS
Operações Compromissadas	5	5	Análise do risco de contraparte
Fundo Referenciado	40 60	40 60	I - Até 15% do Patrimônio líquido do fundo. II – Benchmark do fundo em IMA ou IDKA; III - Risco de crédito de acordo com os itens 9 e 10 e demais itens desta PAI.
Fundos Renda Fixa	60 40	60 40	I - Até 15% do Patrimônio líquido do fundo; II - Carteira com benchmark no IMA ou IDKA; III - Risco de crédito de acordo com os itens 9 e 10 e demais itens desta PAI.
Poupança até Limite FGC	15	15	Dos recursos do RPPS
Letras Imobiliárias Garantidas	20	20	I - Até 15% do Patrimônio líquido do fundo; II - Risco de crédito de acordo com os itens 9 e 10 e demais itens desta PAI.
FI em Direitos Creditórios – Cota Sênior	5	5	I - Que o somatório concomitante com FIDC Aberto, cota Sênior não passe de 5% dos recursos do RPPS. II - Risco de crédito de acordo com os itens 9 e 10 e demais

			itens desta PAI.
Fundo de Crédito Privado	5	5	I - Que o somatório concomitante com FIDC fechado não passe de 5% dos recursos do RPPS. II - Risco de crédito de acordo com os itens 9 e 10 e demais itens desta PAI.
CDB até Limite FGC	15	15	I - Até 15% do Patrimônio líquido do fundo. II - Dos recursos do RPPS
FI Debentures Incentivadas	5	5	I - Até 15% do Patrimônio líquido do fundo. II - Dos recursos do RPPS

15.2 16.2. Renda Variável

TIPO	Alocação (%)		
	Limite Resolução %	Limite Alocação %	DIVERSIFICAÇÃO
Fundo Referenciado Ações Ibovespa, IBRX ou IBRX-50	30	30	I - Até 15% do Patrimônio Líquido do Fundo, II - Até 20% dos recursos do RPPS por fundo
Fundo de Índice de Ações	30	30	I - Até 15% do Patrimônio Líquido do Fundo, II - Até 20% dos recursos do RPPS por fundo.
FI Ações	20	20	I - Até 15% do Patrimônio Líquido do Fundo, II - Até 15 % dos recursos do RPPS por fundo.
Multimercado Aberto	10	10	I - Até o limite de 15% 5% do PL do Fundo e até 5% dos

			recursos do RPPS
FI em Participações - Fechado	5	5	I - Até 5% dos recursos do RPPS por fundo e até o limite de 15% 5% do PL do fundo.
Fundo Imobiliário	5	5	I - Até 5% dos recursos do RPPS por fundo e até o limite de 15% do PL do fundo
FI de Índices Mercado Variável	20	20	I - Até 5% dos recursos do RPPS por fundo e até o limite de 15% do PL do fundo

~~15.2.1~~ **16.2.1.** O somatório dos investimentos da tabela acima não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) **do total dos recursos da carteira do Macaeprev.**

16 . 17. OBRIGAÇÕES

Para a execução desta Política Anual de Investimentos e cumprimento da legislação em vigor, será obrigatória a realização dos itens abaixo:

~~16.1~~ **17.1.** Elaboração de relatórios, no mínimo **mensais**, de rentabilidade, tendo como parâmetro de análise:

~~16.1.1~~ **17.1.1.** A variação do CDI;

~~16.1.2~~ **17.1.2.** A Meta atuarial;

~~16.1.3~~ **17.1.3.** IMA-B,IRF-M, DI, IRF-M1,IRF-M1+,IMA GERAL, IMAB5, IDKA2A, MULTIMERCADO **e AÇÕES**

~~16.1.4~~ **17.1.4.** O VaR – Value at Risk

~~16.1.5~~ **17.1.5.** Média de todos os índices que medem a inflação.

~~16.1.6~~ **17.1.6.** IBOVESPA, IBRX, IBRX-50

~~16.1.7~~ **17.1.7.** Taxa de Juros mensal

~~16.1.8~~ **17.1.8.** IPCA-IBGE



Estado do Rio de Janeiro

Município de Macaé

MACAEPREV Instituto de Previdência Social



16.1.9 17.1.9. Outros que se fizerem necessários

16.2 17.2. Em atendimento ao Princípio da Transparência e da Publicidade, esta Política de Investimentos será publicada, após aprovação do Conselho Previdenciário, no site: www.macaerj.gov.br/macaeprev.

Macaé – RJ, de outubro de 2019.

Conselho Previdenciário:

Júlio César Marques de Carvalho
Presidente do Conselho Previdenciário

**Ana Beatriz Rangel Cooper E.
de Souza**

Flávio Mancebo de Azevedo

Juciara da Silva Sobrinho de Oliveira

Junir de Miranda Gomes

Lívia Mussi de Oliveira Sant'Ana

Rui de Vasconcellos

Surama Roberto Soutinho de Oliveira

Rodolfo Tanus Madeira
Presidente do Macaeprev



Estado do Rio de Janeiro

Município de Macaé

MACAEPREV Instituto de Previdência Social



Comitê de Investimentos:

Alfredo Tanos Filho

Augusto Rômulo Fauaz de Andrade

Erenildo Motta da Silva Júnior

Isabella Felix Viana

José Eduardo da Silva Guinâncio

Maria Auxiliadora de Moura Ferreira

Patric Alves de Vasconcellos

Rose Mary Gomes